

A REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO PARNAIBANO: uma incitação ao turismo cultural

Maria Carvalho Pinto

RESUMO

O presente artigo investiga como a reabilitação dos edifícios históricos parnaibanos promove a ressignificação desse patrimônio, construindo o interesse pela preservação desses bens, de modo a garantir a manutenção da história local, reafirmando a identidade coletiva além de visar o desenvolvimento regional, fomentando a implantação do turismo cultural vinculado a educação patrimonial. Para tal, a pesquisa foi embasada em levantamentos bibliográficos para então produzir comentários e conclusões.

Palavras-chave: Patrimônio; Reabilitação; Turismo.

ABSTRACT

The present article investigates how the rehabilitation of the historical buildings of Parnaíba promotes the re-signification of this heritage, building the interest for the preservation of these assets, in order to guarantee the maintenance of the local history, reaffirming the collective identity, aiming at regional development, fostering the implantation of the Cultural tourism linked to heritage education. For this, the research was based on bibliographical surveys to produce comments and conclusions.

Keywords: Patrimony; Rehabilitation; Tourism.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais no espaço da sociedade contemporânea, nota-se que a preocupação em manter as tradições e a memória viva de um povo, nas suas mais diversas manifestações, tem sido perseguida, ação esta que não compete apenas ao Estado, mas a toda sociedade civil detentora de tal patrimônio. Preservar o patrimônio cultural é de extrema importância para construção e manutenção da cultura de um determinado grupo, pois ele retém inúmeras informações e significados, sejam de crenças, costumes ou mesmo ideais estéticos, onde a relevância desta iniciativa encontra-se justamente nas singularidades e pormenores de cada lugar.

Conforme Castriota (2009) patrimônio corresponde ao conjunto de bens e direitos que uma pessoa ou uma instituição possui, o que pode configurar herança paterna, bens de família, bens materiais ou morais pertencentes a um indivíduo, a uma mesma instituição, a um povo.

Porém, nem tudo o que é considerado patrimônio remete a algo de valor econômico, tornando desse modo, o termo patrimônio bem mais abrangente.

Pode soar como um paradoxo, mas a preservação desses bens tornou-se um dos princípios do urbanismo contemporâneo. Fato este, explícito nas ruínas do pós Segunda Guerra Mundial, onde muitos países se questionavam em como reconstruir suas cidades destruídas por tal conflito. Em especial nos sítios históricos, optou-se pelo resgate dos mesmos, tornando-se um indício de que o homem começara a compreender que o valor de pertencer estava sobre aquelas paredes, ruas e esquinas.

O Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) redigiu, em 1986, na cidade de Washington nos Estados Unidos da América (EUA) a Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas, ou Carta de Washington, na qual se prega a ideia de que toda cidade é histórica e de que suas edificações são dadas como um livro aberto, pronto para ser pesquisado, pois todas foram criadas e desenvolvidas a partir da ação humana, deixando isso como um legado para a posteridade.

As edificações surgem por meio de suas formas físicas, mas também a partir do contexto a qual estão inseridas as formas urbanas. Ao tempo em que contribuem para a formação desta urbanidade, elas próprias também são a forma urbana. As formas são a parte material perceptiva mas, há algo mais que permeia as edificações, sobretudo as residências: os significados. De modo que os edifícios são concebidos para significar algo (MELO, 2012). Ao passar dos anos, grande parte dessas edificações não competem mais ao uso a que foram destinadas, sendo vistas por grande parcela da população como elementos de antiguidade, sem utilidade alguma, que acabam se resumindo a destroços de demolições e cedendo espaço a novos edifícios em que nada se relacionam ao contexto anteriormente existente.

Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como a reabilitação de edifícios históricos na cidade de Parnaíba-PI, reflete no reconhecimento e na valorização desse patrimônio cultural do município, de modo a despertar o interesse da comunidade pela preservação desse entre outros bens. Com este estudo intenta-se ainda contribuir na compreensão de que as atribuições do patrimônio vão muito além, entre elas a possibilidade de ser aplicado como um meio para a promoção do desenvolvimento local, na forma da aplicabilidade do turismo cultural vinculado a educação patrimonial.

Os procedimentos metodológicos aplicados para alcançar os objetivos do presente trabalho foram à pesquisa bibliográfica no que diz respeito à temática do patrimônio, da cidade de Parnaíba, da reabilitação e do turismo cultural, onde segundo Gil (2002), é essencial, pois em inúmeras circunstâncias não há como coletar dados passados sem se debruçar em

informações literárias. Também foram promovidas visitas *in loco*, que possibilitaram a apreensão do sítio.

Salienta-se que todas as considerações a seguir são pautadas a partir das experiências proporcionadas por meu trabalho final de graduação para obtenção de grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo, onde foi possível o contato com o território parnaibano e seu patrimônio edificado, a partir dos quais foram elaboradas reflexões e conclusões.

1. PARNAÍBA COSMOPOLITA

A cidade de Parnaíba, uma das cidades mais importantes da região norte do Estado do Piauí, tem sua origem na Vila de São João da Parnaíba, fundada em 1762, muito caracterizada por desde cedo ser alvo das primeiras ações da colonização brasileira. Hoje, configura um município brasileiro localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, sendo cortado por este, que se divide em vários braços formando o Delta do Parnaíba. Atualmente, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), possui uma extensão de 436 km², com uma população total de 149.803 mil habitantes, situando-se a 339 km da capital Teresina.

Segundo Rodrigues (2005), em 1844, a Vila São João da Parnaíba era um dos principais polos econômicos do Estado, consequência da efervescência comercial na região do “Porto das Barcas”, fruto inicialmente da comercialização do charque. A essa propensão comercial exportadora juntamente ao posicionamento estratégico, Figueiredo (2001) atribui a motivação da interação de Parnaíba com díspares culturas, partindo da cultura do agreste do interior do Piauí, seguindo pela do sul do Brasil, expandindo-se as europeias e americanas.

O contato da cidade com uma diversidade cultural de realidades resultou na composição de um sítio circundado por singularidades, evidenciado o uso da arquitetura como espelho do apogeu econômico, onde as alternâncias desse aspecto, junto aos sociais e políticos passam a interferir diretamente no modo de agir, habitar e construir. Segundo os estudos de Melo:

Na produção arquitetônica, as influências vindas do Exterior para o município deixaram marcas visíveis nas residências erguidas no sítio histórico da cidade, fato observado facilmente, no percurso da Av. Getúlio Vargas, a antiga Rua Grande, principal via de ligação entre o porto e a área urbana, e que estruturou e direcionou o crescimento da cidade. [...] Através dela foi possível identificar os vários momentos do processo de ocupação do território da cidade, bem como da arquitetura produzida no local (MELO, 2012, p. 64).

Este sítio corresponde ao primeiro núcleo urbanamente ocupado, tendo sua origem ainda no século XVII, e hoje abriga um expressivo conjunto urbano edificado. Várias são as tipologias encontradas, partindo da Arquitetura Tradicional, do Ecletismo, do Chalé, do Neocolonial, prosseguindo do *Art Decó* até o Modernismo, além disso, conta com uma riqueza de belezas

naturais. É importante ressaltar que a cidade tem o seu conjunto histórico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a nível federal desde 2008.

Compreende-se que Parnaíba manifesta um grande potencial a ser explorado, compondo um ambiente favorável ao turismo. Conforme um levantamento realizado pela *Rushman Consultores* (2012, *apud* GUIMARÃES, 2014, p. 11) para o Banco do Nordeste, que tinha como intuito propostas de desenvolvimento turístico para algumas cidades do Estado, o município parnaibano apresenta um volume uniforme de turistas ao ano, correspondendo sempre a valores superiores a 60%, chegando ao seu ápice no período de alta temporada.

2. A REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO E O TURISMO

Atualmente, muitas cidades têm o seu conjunto histórico e paisagístico tombado pelo IPHAN, entretanto, a maioria dos sítios apresentam uma gama de exemplares em constante risco de descaracterização ou mesmo desaparecimento. Tal realidade não foge ao sítio parnaibano. Isso ocorre em decorrência da falta de uma política urbana que se dedique a preservação e fiscalização desses bens, a falta de interesse ou desconhecimento por parte dos profissionais e mesmo a falta de uma política educacional eficiente.

A Carta de Veneza (IPHAN, 1964) destaca a necessidade de destinar monumentos a uma “função útil à sociedade”, desde que não fosse alterada sua disposição ou decoração, condição esta, imprescindível à concessão de “autorizações de modificações pela evolução dos usos e costumes”. Mais tarde, as Recomendações de Nairóbi (IPHAN, 1976, p. 03) acrescentou que os conjuntos históricos “deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentem contra sua autenticidade (...)”.

O conjunto histórico-arquitetônico edificado de Parnaíba necessita de intervenções que além de obstinarem a sua conservação, se proponham a realizar a sua adequação as atividades humanas atuais, o que conseqüentemente proporcionará a garantia de manutenção dos seus valores de uso. Porém, há que salientar que ações como estas, requerem certo limite, o que é imposto pelas próprias edificações.

Dessa forma, aplicar a reabilitação nesses edifícios históricos, é promover a permanência de todo o seu conteúdo, pois se trata de uma prática mais sutil, devido a não disposição em demolições “agressivas”. Conforme a Carta de Lisboa (1995) esse procedimento interventivo é composto por inúmeras iniciativas que tem como objetivo o benefício da

estrutura da edificação, em que se buscam soluções aos problemas de origem funcional ou construtiva, objetivando assim, garantir o bom desempenho da atividade que for proposta.

Esta prática, conforme Braga (2003), recebe ainda terminologias de adaptação a novo uso, *retrofit* ou reciclagem, em que se baseia no resgate de espaços pré-existentes com o intuito de abrigar vocações distintas as quais eles foram destinados anteriormente. Destaca-se que este novo uso deve se encontrar em harmonia com o meio ao qual será integrado. Bonafé (s.d.), acrescenta que as vantagens de implantar o *retrofit* é a possibilidade de alcançar um significativo potencial sustentável, acordando com as exigências ambientais e estabelecendo uma relação de custo-benefício, pois mesmo que a substituição de alguns materiais ocasione um elevado custo, contudo, em longo-prazo o investimento será recompensado.

É válido destacar a constante dificuldade de disponibilização de recursos para promover a preservação e a conservação do patrimônio. Uma das opções para contornar tal situação, é o usufruto do mesmo para fins lucrativos, direcionando-se para exploração do turismo, partindo da reabilitação do patrimônio edificado a museus aberto a visitas, livrarias, cafés, hotéis de charme, ao exemplo o Hotel de Charme Casa de Santo Antônio situado em Parnaíba, um rico sobrado eclético, adaptado a receber 22 suítes hoteleiras que remetem ao passado, entretanto dispõem de modernidades, oferecendo um serviço especializado, promovendo o valor de uso ao tempo que respeita seus valores históricos originais.

Contudo, é imprescindível esclarecer que atuar no campo turístico é se deparar com uma diversidade de impactos, sejam eles positivos, promovendo a conservação e a revitalização desse patrimônio, ou negativos, levando a sua completa degradação. Desta maneira, corresponde a uma atividade que requer intenso planejamento e monitoramento do espaço, visando com que ela se prolongue e contribua ao ambiente que está inserida, mantendo uma relação sustentável, o que configura os preceitos do Turismo Cultural.

Este segmento é definido pelo Ministério do Turismo (2006, n.p.) como sendo “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. O turismo cultural pode ser considerado como uma peculiaridade da iniciativa turística, que proporciona uma experiência em volta dos bens culturais, onde, envolve a comunidade local e o turista na campanha educativa em prol da manutenção dos bens visitados.

Essa categoria de turismo se torna útil no momento em que promove o sustento e a perpetuação do patrimônio histórico e cultural da região, assim proporcionando benefícios aos cidadãos pertencentes e aos visitantes. Segundo Leite (2001), o turismo cultural produz renda

para os locais em que é aplicado ao tempo que promove a manutenção da cultura das comunidades, podendo ainda provocar uma melhoria na autoestima dos habitantes, surgindo assim, o sentimento de pertencimento, uma reafirmação da identidade cultural, e por consequência, um avanço na qualidade de vida da população local.

Ressalta-se que para críticos e especialistas é clara a importância das edificações históricas. Contudo, para muitos visitantes, e mesmo os residentes da localidade a compreensão disso ainda é bem distante, muitas vezes nem faz sentido. Consoante a isso, o turismo cultural pretende erradicar com a triste realidade de falta de instrução, porém, segundo Murta e Albano (2002), se houver o desejo pela ampliação dessa categoria turística, recomenda-se que se vá bem além da tentativa de reabrir edifícios históricos, lhes implantando atividades na esperança de que pessoas cheguem e apreciem. É necessário que se criem métodos de como olhar, vivenciar e apreciar, não focando apenas no sítio e nos objetos, mas na chance oferecida de aprender novas maneiras de se relacionar com o lugar. Para que essa realidade seja alcançada Leite afirma que:

O então chamado “segmento” do turismo cultural só pode se viabilizar com a efetiva participação da área cultural e com o estabelecimento de uma rede de parcerias entre os diversos agentes culturais e os órgãos de turismo e meio ambiente. Para vivenciar a cultura e o patrimônio de um lugar, o turista precisa encontrar espaços bem preservados, conservados e valorizados pela comunidade que o recebe, aí incluídos todos os envolvidos, direta e indiretamente, com os serviços e produtos turísticos (LEITE, 2001, p. 35)

Conforme a Carta de Petrópolis (1987), o espaço edificado resulta da produção sociocultural nas suas mais diversas manifestações. A partir disso, entende-se que anteriormente a qualquer iniciativa em prol da ocorrência do turismo cultural, é primordial entender como ocorre a vivência da comunidade em que será implantada essa atividade, questionando quem são essas pessoas, como elas entendem e sentem esse patrimônio, pois é a partir da valorização e reconhecimento por parte das mesmas que se garante a manutenção desses bens, o que corresponde a um grande desafio, visto que, significativa parcela da população não vê no patrimônio edificado os valores associados a memória local, muito menos os entendem como patrimônio cultural.

Dessa forma, a educação patrimonial surge como um processo de mediação no reconhecimento e valorização desse patrimônio, promovendo a afirmação de cada cidadão com sua realidade e cultura. Tal segmento educativo não se destina apenas ao compartilhamento de conhecimento, mas, intenta construir relações concretas com a comunidade, a genuína detentora do patrimônio, promovendo não somente ações reflexivas mas, transformadoras.

Para que a educação patrimonial se torne eficiente primeiramente é necessário se levar em conta que a preservação de bens culturais deve ser assimilada como prática social, devendo também considerar a disponibilização de meios comunicativos de escuta e observação entre a sociedade e as esferas públicas encarregadas das políticas patrimoniais. Outro aspecto importante para o bom funcionamento das práticas educativas em prol da preservação do patrimônio é a promoção da interlocução entre as áreas de educação, meio ambiente, cultura desenvolvimento urbano, políticas públicas e turismo cultural. É também primordial o entendimento do conceito de patrimônio cultural, ponto base para as práticas de educação patrimonial (FLORÊNCIO, 2015).

Assim, diante das atuais preocupações com a economia, com a manutenção das atividades dos centros históricos e ainda com a identidade do indivíduo com espaço, a reabilitação de edifícios históricos parnaibanos, vinculada ao turismo cultural e a educação patrimonial, tem como objeto o patrimônio pertencente à coletividade, o enxergando muito além de sua estrutura, pois resulta de um processo histórico variante a cada povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os edifícios históricos em Parnaíba-PI, carregam em si mensagens que em muito atribuem ao complexo patrimonial da cidade, contudo, só possuem sentido se forem usufruídas no presente, de maneira que a reabilitação e a adaptação tem como fundamento não apenas a destinação de uma nova função social as edificações, mas também, promover a ressignificação de seus valores, auxiliando no resgate e reconhecimento da memória parnaibana, sítio de valor ímpar no processo de ocupação do Brasil, despertando desta maneira, um sentimento de pertencimento e de identidade com o lugar, além do desejo por preservar mais bens como esses.

Compreende-se também que a prática do turismo em Parnaíba pode desencadear uma série de ações predatórias, contudo, se aplicado de uma forma sustentável pode promover a valorização do patrimônio da região, evitando deixá-lo “falecer” pelo empreendedorismo de massa consumista, e mesmo pela ausência de recursos para investir nessa área. Dessa maneira, conforme Barreto (2000), o melhor caminho é promover a manutenção do patrimônio cultural onde se permita economicamente a conservação de bens móveis e imóveis, em que funcionem como equipamentos turísticos.

Conclui-se ainda que a reabilitação do patrimônio edificado de Parnaíba, tendo como aliado o turismo cultural, estimularia uma série de contribuições positivas, seja nos aspectos econômicos, promovendo empregos, aumento de renda e desenvolvimento de infraestruturas; seja nos aspectos ambientais, onde o meio ambiente se torna o atrativo, por consequência deve

ser valorizado e conservado, promovendo uma consciência ambiental por parte dos residentes; e primordialmente nos aspectos socioculturais, onde a valorização do patrimônio reafirma a identidade cultural, elevando a autoestima da população.

Por fim, entende-se também que apenas o ato de reabilitar edificações históricas não garante a sua receptividade, o reconhecimento e o desenvolvimento de um turismo cultural sustentável. Vinculado a isso, é fundamental a aplicação da educação patrimonial como um meio de despertar um olhar mais reflexivo a respeito da temática. Ressalta-se ainda que esse diálogo educativo deve abranger tanto a residentes como a visitantes do espaço, evidenciando que o patrimônio, o turismo e a cultura possuem uma relação de interdependência.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

BONAFÉ, Gabriel. **Retrofit moderniza edifícios e preserva patrimônio histórico**. Disponível em: < http://www.aecweb.com.br/cont/m/rev/retrofit-moderniza-edificios-e-preserva-patrimonio-historico_10449_0_1 >. Acesso em: 06 ago. 2016.

BRAGA, Márcia (Org.). **Conservação e Restauro**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

BRASIL. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: Valores e sociedade civil**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FIGUEIREDO, Diva. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio**. O caso de Parnaíba. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

FLORÊNCIO, Sônia. **O Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais**. Cadernos do patrimônio cultural, n. 1, Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

GUIMARÃES, Víctor. **Hotel Frederick Clark: Projeto de Reabilitação da Casa Inglesa Parnaíba**. 2014. 106 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2014.

IPHAN. **Carta de Lisboa**, 1995.

_____. **Carta de Nairóbi**, 1976.

_____. **Carta de Petrópolis**, 1987.

_____. **Carta de Veneza**, 1964.

_____. **Carta de Washington**, 1987.

LEITE, Edson. **Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil**. São Paulo: INTERCON, 2011.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O Eclétismo Parnaibano: Hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX.** Teresina: EDUFPI, 2012.

MURTA, Stela; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o Patrimônio: Um exercício de olhar.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RODRIGUES, Joselina. **Estudos regionais - Geografia e História do Piauí.** 3. ed. Teresina: Halley, 2005.